

Estados tentam ampliar créditos

Vários Estados brasileiros estão pleiteando a autorização do Senado para contrair empréstimos, no exterior, no montante de 815 milhões 200 mil dólares — cerca de 1 trilhão 815 bilhões 136 milhões de cruzeiros, ao câmbio oficial de amanhã —, enquanto Municípios de alguns Estados pedem autorização para contratar empréstimos internos — na sua maioria junto à Caixa Econômica Federal — no montante de 38 bilhões 722 milhões de cruzeiros.

A ordem primeira da Nova República — “e proibido gastar” — não está, portanto, podendo ser cumprida, dada a ânsia de Governadores e Prefeitos de investirem urgentemente em seus Estados e Municípios. Ou, como nos casos de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, a angústia dos seus Governadores em pagarem dívidas externas: o governador Espiridião Amin quer 252 milhões 400 mil dólares apenas para a rolagem de dívidas externas, enquanto o governador Wilson Martins pretende 15 milhões 800 mil dólares para liquidar dívidas já vencidas em 1984.

A Constituição determina a aprovação prévia do Senado a esses pedidos de empréstimos. E o Senado, a seu turno, estabeleceu regras internas para concedê-los. Uma dessas normas é a de que Estados e Municípios só podem contrair empréstimos se demonstraram ter capacidade para pagá-los; outra das normas é a de impedir empréstimos para rolagem de dívidas. Os pedidos ora em tramitação no Senado, em consequência das referidas regras, estão causando problemas até agora mantidos sob discricão: é que grande parte dos

pleiteantes não têm capacidade econômica para honrar compromissos de dívidas.

Na próxima quinta-feira, o presidente da Comissão de Finanças, senador Lomanto Júnior (PDS-BA), vai estudar o problema com seus colegas. A pressão dos governadores e prefeitos junto aos senadores que os representam é intensa e diária, buscando a rápida aprovação do Senado para os pedidos já formalizados. Por outro lado, há o caso do senador Martins Filho (PMDB-RN) que há mais de uma semana vem obstruindo a votação da Ordem do Dia do Senado para impedir a autorização de empréstimo pedida pelo seu desafeto no Rio Grande do Norte, o governador José Agripino Maia.

Os pedidos de autorização para empréstimos, em tramitação no Senado este ano, são os seguintes: RN: 50 milhões de dólares; SC: 252 milhões 400 mil dólares; Goiás: 25 milhões de dólares; Anápolis: 3 milhões 500

mil dólares; MS: 15 milhões 800 mil dólares; Maranhão: 55 milhões de dólares; SP: 45 milhões de dólares; Amazonas: 179 milhões de dólares; Piauí: 60 milhões de dólares; e Paraíba: 130 milhões de dólares; Bahia: Cr\$ 1 bilhão 144 milhões; Alegre (ES): Cr\$ 30 milhões 815 mil; Aurora do Norte (BA): Cr\$ 141 milhões; Cotia (SP): Cr\$ 10 bilhões (junto ao Banespa); Joviania (GO): Cr\$ 33 milhões 712 mil; Jundiá (SP): Cr\$ 2 bilhões 103 milhões; Muniz Freire (ES): Cr\$ 30 milhões 769 mil; Ribeirão Pires (SP): Cr\$ 7 bilhões 952 milhões (junto à Caixa Econômica de S. Paulo); Timóteo (MG): Cr\$ 6 bilhões 812 milhões (junto ao B.D. de Minas); Pancas (RS): Cr\$ 159 milhões; Ibiúna (SP): Cr\$ 5 bilhões 360 milhões (junto à C.E. de São Paulo); Natal (RN): Cr\$ 1 bilhão 617 milhões (junto ao Banco do Nordeste); Nobres (MT): Cr\$ 1 bilhão 327 milhões; Pimenta Bueno (RO): Cr\$ 254 milhões 822 mil; e Vitória (ES): Cr\$ 2 bilhões 813 milhões.